

VALORIZAR SOCIALMENTE O DESPORTO:
UM DESÍGNIO NACIONAL

1

A SUSTENTABILIDADE COMPETITIVA DO DESPORTO PORTUGUÊS



INTRODUÇÃO

Os tempos que vivemos não são dados a grandes reflexões. E as palavras como que exauridas esbatem-se na voragem dos dias. Só que a ausência de reflexão corresponde sempre a um empobrecimento do pensamento. É essa deriva que alimenta a intolerância. E é ela, que nos conduz à recusa da complexidade e à invocação de receitas mágicas para superar o nosso atraso no domínio da competitividade desportiva internacional.

Em bom rigor ninguém pode responder com suficiente segurança se o problema da competitividade externa do desporto português é mais um problema de carência de verbas ou de melhorar o uso daquelas que se têm. Ou de ambas. Porque nenhum estudo permitiu afirmar, de modo sólido, que o peso do financiamento em relação aos demais elementos que a pesquisa científica identifica como determinantes para o sucesso desportivo foi o elemento decisivo.

Este documento sintetiza algumas das reflexões que elaborámos sobre o tema. Na certeza de que ao fazê-lo assumimos a modéstia da nossa reflexão sem proclamar certezas ou caminhos radiosos. Apenas o contributo que sentimos ter a obrigação de dar para ajudar a elevar o nível desportivo do nosso país e deste modo aumentar o grau de competitividade do desporto português.

O Comité Olímpico de Portugal (COP) está ciente que a missão de valorizar socialmente o desporto só é viável se os seus intervenientes assumirem que a mudança e o desenvolvimento exige das instituições de referência que o governam e orientam a capacidade de saírem do seu redu-

to de conforto e submeterem ao escrutínio público a sua perspectiva sobre os problemas e desafios que enfrentam.

Sem assumir todos os riscos inerentes a esse ato de coragem estamos condenados a replicar modelos ultrapassados. A subsistir no experimentalismo. A permanecer convictos em torno de uma inabalável razão, sustentada em convicções. A sermos, até, incapazes de expor, partilhar e desenvolver verdadeiros exemplos de sucesso.

Esquivarmo-nos ao debate plural e à partilha de ideais representa não só um tremendo obstáculo em qualquer processo de criação de valor, mas também a conivência com uma tradição obscurantista cujas marcas profundas permanecem enraizadas na nossa cultura, com a qual não nos podemos conformar.

Por isso o COP apresenta este documento a toda a comunidade desportiva nacional, e à sociedade portuguesa, convicto que todos o possam valorizar, aprofundar e concretizar para assim dar forma a uma cultura cívica fundada nos valores do desporto e do olimpismo como elemento central no desenvolvimento social do país.

A SUSTENTABILIDADE COMPETITIVA DO DESPORTO PORTUGUÊS

O *resultado* é um elemento estruturante das práticas do desporto, designadamente daquelas que se sustentam na competição. Porque esta é, acima de tudo, uma avaliação comparativa entre equipas e/ou atletas. Este elemento estruturante da matriz fundadora do desporto absolutizou-se a partir do momento em que o *resultado* deixou de ter apenas um valor desportivo, para passar a ter também um valor (e uma leitura) mediática, comercial e política. E o *resultado* passou a um outro patamar avaliativo: o equivar ou não à conquista de uma medalha. Esta alteração criou um ambiente e um diferente condicionamento social com várias consequências.

Uma sobre a construção dos quadros competitivos: aos Jogos Olímpicos, aos Campeonatos do Mundo e da Europa o triângulo virtuoso do alto rendimento juntaram-se, em algumas modalidades, Taças do Mundo e da Europa, com medalhas e pódios numa profusão nunca antes vista. E em breve os Jogos Europeus.

Mas passou também a influenciar e condicionar as políticas públicas e/ou associativas. E quando atravessadas pela ideologia do pensamento neoliberal uma consequência normal: só o valor desportivo mensurável pelo mercado do espetáculo desportivo é sustentável e nessa sustentabilidade só quem vence é merecedor de agenda. O resto dispensável e sem utilidade.

Esta tendência tende a remeter as políticas para uma pura lógica do mercado da competitividade desportiva em que

se tornam reféns de projetos centrados nos resultados e em que o papel social do Estado é limitado a esta lógica: apoiar o que pode vencer. O resto não vale a pena.

A crise, e com ela a diminuição de recursos, está precisamente a servir para alimentar esta ideologia transformando-a num elemento de dominação e de soluções que surgem como aparentemente inevitáveis. É preciso resistir a essa inevitabilidade. Porque é errada nos seus pressupostos e porque é perigosa.

O que ocorre de quatro em quatro anos com os resultados olímpicos é bem elucidativo. Consciências adormecidas acordam e descobrem que não somos tão competitivos quanto devíamos. E que outros já descobriram soluções que teimosamente não queremos seguir. E para que as soluções sejam credibilizadas nada melhor que alinhar números, despesas, rankings e comparar resultados, mesmo que a métrica de avaliação e ponderação quanto à representatividade internacional seja arbitrária com notórias consequências internas. Cria-se a ideia de que o sucesso, afinal, está ali ao dobrar da esquina. E que, tal como na literatura de autoajuda, a felicidade está ao nosso alcance. É só querermos. Mobilizarmos recursos e vontades. E sobretudo termos estratégia. O que trocado por miúdos, quer dizer ir aos Jogos Olímpicos e regressar de lá com umas medalhas. Porque o simples facto, só possível a quem revela um mérito desportivo excecional, ganho em competição, de participar nuns Jogos Olímpicos, está vulgarizado e desvalorizado.

Multiplicam-se nesse sentido os estudos e os critérios de avaliação obedecendo aos mais diversos indicadores,

suscitando a escrita e o debate de imensas pessoas. Uma preparadas, outras menos preparadas e outras claramente impreparadas. O desempenho dos sistemas desportivos passou a ser descrito com a evidência de que todos podem chegar ao sucesso desde que aplicado o modelo certo. E o que se passa no país não é diferente do ocorrido em outras latitudes designadamente em países onde o alto rendimento desportivo passou a ser um fator de leitura política e de legitimação/deslegitimação de política públicas e/ou associativas.

Como afirmámos no nosso manifesto eleitoral¹ nos sistemas desportivos estabilizados a relação sistémica entre os diferentes subsistemas explica o sucesso desportivo do alto rendimento e a respetiva competitividade externa. Em sistemas onde os diferentes subsistemas estão dispersos e sem relações de complementaridade é sempre possível o êxito temporário através de soluções mais ou menos imediatas: naturalizações de atletas por razões de interesse desportivo; afrouxamento nos processos de despistagem da dopagem; processos intensivos de preparação desportiva; deslocação/emigração de atletas para outros sistemas de preparação; contratação de especialistas externos; etc. Ou até o êxito em alguns segmentos competitivos por razões culturais, de historia desportiva local ou até contingenciais sem que esses resultados sejam o reflexo de qualquer sistema desportivo minimamente sustentado.

O conceito de competitividade é multifatorial e a vertente financeira é uma das suas variáveis de análise. É uma variável que não pode ser medida exclusivamente por aquilo que é despendido na chamada preparação olímpica.

¹ Valorizar socialmente o desporto, um desígnio nacional, candidatura ao Comité Olímpico de Portugal

Avaliar a competitividade tendo apenas por base o binómio financiamento da preparação olímpica *versus* resultados desportivos de alto nível configura uma visão redutora e capciosa sobre uma problemática para a qual concorrem outras dimensões de análise da maior relevância, amiúde situadas a montante da dimensão financeira.

Essa constatação não impede que se reconheça que o desporto de alto rendimento (e por arrasto uma preparação olímpica) são atividades de custos cada vez mais elevados. Operando num contexto internacional global a competitividade atingida pelo alto rendimento é muito determinada pelas economias dos respetivos países e o que elas libertam para a respetiva preparação desportiva. É verdade que não existe um determinismo puro entre o valor da competitividade desportiva das nações e a sua riqueza ou poderio económico mas não deixa de ser um importante fator condicionante. A consulta a qualquer relatório sobre as despesas dos países (despesas públicas e/ou privadas) comprova-o. Comprova também que a este propósito não é indiferente a proveniência da despesa. E permite verificar que há países que gastam com uma modalidade o que outros gastam com toda a preparação olímpica. O que em Portugal se gasta é, comparativamente a outros, uma ninharia. Mas é o que a economia e a riqueza do país e as opções políticas possibilitam. Pelo que o centro da reflexão se deveria centrar mais em saber se pode ou não o desporto português progredir e alcançar um outro plano de excelência - nacional e internacional - com os recursos que o país pode dispensar. E nesse caso se as limitações existentes esgotaram o potencial de crescimento desportivo do país ou, pelo contrário, ainda é possível, com o mesmo nível de recursos fazer melhor.

Por isso entendemos que “*é um equívoco a ideia de que tudo se resolve arrumando de forma diferente a despesa, concentrando porventura mais meios financeiros em modalidades desportivas que potencialmente apresentem indicadores de maior grau de competitividade externa. Porque a simples definição de prioridades competitivas e a alocação de meios financeiros não é um imperativo de sucesso. O resultado desportivo é o reflexo do talento dos atletas com as condições sociais e desportivas disponibilizadas para o poder exprimir ao mais elevado nível competitivo. E essas condições estão para além da vertente financeira embora, muitas delas, por ela sejam condicionadas. Seria, por isso, prudente não ficar refém de uma perspetiva contabilística e entender que o sucesso desportivo requer o aperfeiçoamento de outros fatores críticos abundantemente descritos na literatura da especialidade: a deteção, seleção e orientação de talentos; a estabilidade no processo da carreira desportiva e pos-desportiva; a qualidade na formação dos técnicos; a qualidade do ambiente de preparação desportiva*”.²

A participação olímpica é, por si mesma, o resultado de um mérito desportivo excecional. Quem participa nuns Jogos Olímpicos não é quem quer, é quem se qualifica. E quem se qualifica preenche um quesito de mérito e valor desportivos invulgares e só ao alcance de alguns. Pelo que o primeiro esforço de uma preparação olímpica terá de ser o de garantir a qualificação do maior número de atletas possível, e, numa segunda fase, o de projetar essa qualificação ao melhor cenário face ao quadro de resultados alcançados.

Ora, equacionar o planeamento do processo de preparação olímpica fora deste quadro de referência poderá, porventura, trazer melhores resultados e valorizar algumas disciplinas. E não é despiciendo ignorá-lo. Contudo, qual a sua sus-

² Ibidem

tentabilidade para gerar mais e melhores resultados de uma forma regular no panorama desportivo internacional? Qual a sua preponderância para alavancar e consolidar a cadeia de valor nas diversas etapas de formação e desenvolvimento que conduzem ao alto rendimento e à preparação olímpica?

O país não dispõe de dados, devidamente analisados e estudados, que permitam clarificar respostas sobre estas e outras questões. Por isso navegamos em sensibilidades e impressões que avulsamente recolhemos através das experiências que vamos acumulando em diversos contextos da nossa vivência desportiva, em diversas modalidades, em diversas organizações, em diversos cargos. Por isso recrutamos esse conhecimento sensível, carente de fundamento factual ou científico, para suportar os argumentos com que defendemos as nossas perspectivas. Por isso tendemos naturalmente a recrutar supostos exemplos de sucesso de outras latitudes como panaceia para os problemas, naturalmente específicos, da nossa realidade.

O desenho de políticas, a definição de orientações estratégicas, metas, objetivos e resultados e a planificação de programas desportivos necessitam de se fundar em factos e basear-se em diagnósticos aturados do contexto presente. De como chegámos até ele e quais os cenários que se projetam para o futuro imediato e mais longínquo.

Quanto de nós podem hoje afirmar, com rigor e segurança, que o país dispõe de indicadores precisos e análises rigorosas sobre os fatores críticos da sua competitividade desportiva para um exercício dessa índole?

Por exemplo: estão identificados os condicionalismos e as

potencialidades no âmbito da detecção, seleção, orientação, promoção e desenvolvimento de talentos?

É seguro considerar o investimento no alto rendimento e os resultados desportivos alcançados, isolando-os num mero rácio de custo/benefício, como uma dimensão determinante para analisar a competitividade desportiva e a qualidade desse investimento?

Estarão assim erradas as políticas de uma modalidade onde este rácio seja baixo? Ou tenha vindo a ter uma trajetória decrescente nos últimos ciclos olímpicos? Se sim, porquê? E para corrigir estas assimetrias será a melhor solução discriminar positivamente quem tem melhores rácios? Quais os fundamentos que nos levam a acreditar que sim?

Ou será o sistema desportivo, um efetivo sistema onde existem vasos comunicantes, pesos e contrapesos, entre os seus diversos componentes e etapas de desenvolvimento?

Qual o peso e a preponderância de outros fatores de desenvolvimento, que maioritariamente operam também a montante desta etapa, como a qualificação técnica, a qualidade e o contexto dos quadros competitivos nos escalões formativos, o apetrechamento e infraestruturas, os processos de avaliação, monitorização e controlo do treino, a organização e regulação da modalidade, a interdependência com o sistema de ensino?

Terão estes elementos pesos idênticos e proporcionais em todas as modalidades inscritas no programa dos Jogos Olímpicos?

O tradicional modelo piramidal de evolução do percurso des-

portivo continua hoje a ser uma referência fiável para explicar a sustentabilidade das políticas públicas e federativas e o sucesso desportivo de um país em geral? Será que aos Comités Olímpicos Nacionais cumpre apenas concentrarem-se em torno dos aspectos relacionados com o topo dessa pirâmide?

É de esperar algum contributo na elevação do nível desportivo do país de uma educação física e um desporto na escola cada vez mais uma atividade curricular e menos uma disciplina com suficiente densidade programática e avaliativa?

Estas, e muitas outras questões, cuja resposta se afigura premente no quadro global cada vez mais exigente, complexo e competitivo onde gravita o denominado desporto de alto rendimento encontram-se por explicar e medir, com assinaláveis impactos no desenvolvimento de uma estratégia que se deseja eficiente e sustentável face aos exíguos recursos disponíveis.

Uma visão crítica sobre esta problemática não se compagina com questões de fé. Reclama uma capacidade de abertura e diálogo das organizações desportivas, das instituições académicas e dos poderes públicos para investigar e intensificar a análise deste objecto de estudo, conferindo-lhe a dignidade e o estatuto científico que ainda se encontra menoriado. Para recolher, tratar e monitorizar regularmente indicadores de referência no diagnóstico da situação desportiva nacional, e daí aprofundar o debate necessário às opções e compromissos a assumir em relação ao futuro que se pretende projetar face aos meios que o país dispõe.

Caso contrário continuaremos a proferir banalidades, a discordar ou corroborar em torno das nossas convicções,

inseguros a cada opção que tomamos. Preferindo invariavelmente nem as tomar, evitando riscos desnecessários, e permanecer no conforto de um cenário que cremos controlar, porventura procedendo a ajustes pontuais e anódinos, enquanto tudo se transfigura em redor.

Tendo em vista colmatar estas lacunas impõe-se no contexto actual desenvolver e implementar um quadro concertado de acções sobre o futuro da competitividade do desporto nacional.

I

Animado por este desígnio o Comité Olímpico de Portugal criou, através de uma rede de parceria com todas as instituições universitárias nacionais no domínio das Ciências do Desporto, um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Desportivo, no propósito de, em estreita cooperação com as federações desportivas, analisar, monitorizar e intervir nos factores críticos de competitividade do modelo desportivo nacional, nomeadamente:

- Prestação de serviços de apoio aos atletas integrados no programa de preparação olímpica tendo em vista potenciar o processo de avaliação, controlo e acompanhamento do treino;
- Oferta de conteúdos formativos especializados destinados a técnicos integrados no programa de preparação olímpica;
- Apoio a projetos e trabalhos de investigação no âmbito das Ciências do Desporto.

II

No entanto, afigura-se essencial alargar esta intervenção e consolidar outras parcerias institucionais tendo em vista a recolha, tratamento e análise de dados nos seguintes domínios:

- Evolução dos resultados desportivos das modalidades inseridas no programa olímpico e respectivos atletas, identificando os indicadores de rendimento desportivo atualmente alcançados bem como o seu potencial de desenvolvimento;
- Estudos e trabalhos de investigação destinados a suportar, fundamentar e avaliar políticas públicas e associativas para o desporto em áreas relevantes para a sua governação, organização e regulação, em particular na esfera da economia, fiscalidade, direito e política desportiva europeia.

III

Com efeito, a qualificação dos processos de tomada de decisão carecem necessariamente de uma abordagem transversal devidamente informada, a qual deve ser enquadrada num horizonte estratégico alargado. Foi com esta referência que o COP delineou um quadro de intervenção a três ciclos olímpicos, assumido no programa desportivo contratualizado com o Governo, tendo em vista criar as condições de sustentabilidade para concretizar as seguintes acções e projetos que dão forma à sua missão:

- Expandir a base de talentos desportivos visando diagnosticar e propor medidas para corrigir os bloqueios aos princi-

pais pontos de acesso à iniciação desportiva (escola e clube) contribuindo, no âmbito de um quadro estratégico concertado com as entidades com responsabilidades nestas áreas, para a consolidação de um sistema de deteção, seleção e desenvolvimento de talentos, com as seguintes orientações:

1. Criação e gestão de um banco de talentos desportivos, atualizado com dados biométricos e desportivos obtidos pela aplicação de protocolos validados cientificamente, respeitando o ordenamento jurídico em matéria de proteção de dados;
2. Promoção de eventos junto da população escolar como contexto facilitador para a prospeção e a recolha dos elementos acima descritos;
3. Apoio complementar, em coordenação com as respetivas federações desportivas e autarquias locais, em medidas de apoio a clubes desportivos identificados como escolas de iniciação e formação desportiva prioritárias para o desenvolvimento de talentos;
4. Definição de um percurso orientado para a excelência, identificando etapas, objetivos e estratégias através de um programa de âmbito nacional;
5. Medidas de qualificação da prática desportiva infanto-juvenil como pressuposto indispensável para o alto rendimento;
6. Sensibilização da tutela e dos organismos do sistema educativo para a necessidade do reforço da parceria com o sistema desportivo federado e para a relevância da iniciação desportiva em contexto escolar, em conjugação com a formação socioeducativa.

7. Reforço e implementação de medidas destinadas a garantir a conciliação da carreira desportiva com a carreira escolar/académica, no âmbito das designadas carreiras duais, salvaguardando as especificidades do estatuto do estudante-atleta como fator essencial para combater o abandono precoce da prática desportiva.

Concretizar este desígnio exige do movimento desportivo a capacidade de convocar para o seio da mensagem olímpica o tópico da educação desportiva das crianças e dos jovens como elemento central do olimpismo.

Reclama de todos os agentes desportivos, bem como dos responsáveis políticos, a absoluta necessidade de, na sua esfera de intervenção, contribuírem ativamente para a promoção da prática desportiva, fundamentalmente através de um quadro de ação vocacionado para a divulgação dos valores como estratégia para um maior envolvimento e identidade social com o desporto, reforço da cultura desportiva e mobilização cívica para esta área, essenciais para consolidar e ampliar o peso da agenda política do desporto, em especial junto de outras políticas conexas e com impacto relevante (economia, fiscalidade, formação profissional, educação, turismo, ambiente, etc.), tendo em consideração o menor espaço para promoção do desporto que se prevê vir a ocorrer com a reforma do serviço público de televisão;

Deste modo, para alavancar a competitividade desportiva nacional urge tornar perceptível aos cidadãos o apoio ao desporto não como um custo, mas como um investimento com um retorno importante junto da comunidade, valorizando o papel das federações desportivas,

procurando também estabelecer relações com federações não olímpicas e outras entidades que compõem o mercado desportivo com novos modelos de oferta fora do espetro federado e associativo, gerando as sinergias necessárias para, em conjunto, superarmos os exigentes desafios que se colocam no contexto presente e posicionarmos o futuro do desporto português em patamares de desenvolvimento mais elevados.

Lisboa, Junho de 2014

Ficha Técnica

Autor

Comité Olímpico de Portugal

Design e produção gráfica

Estrelas de Papel Lda. – Lisboa

Tiragem

1000 exs.

Julho de 2014

Comité Olímpico de Portugal
Travessa da Memória, 36
1300-403 Lisboa - Portugal
Tel: (+351) 213 617 260
Fax: (+351) 213 636 967
E-mail: correio@comiteolimpicoportugal.pt
www.comiteolimpicoportugal.pt